



Rocenelt Pinheiro

Plenário aprova carreira do seguro social

Medida cumpre acordo entre o Ministério da Previdência e servidores

Os senadores também acolheram ontem o projeto de conversão da medida provisória que transfere para a Camex as atribuições do Conselho Diretor do Fundo de

Garantia à Exportação. O Plenário adiou para hoje a votação do projeto que institui o Sinaes, sistema de avaliação do ensino superior que substitui o Provão.

Página 3

AGENDA Votação do Sinaes foi adiada para a sessão de hoje a pedido de diversos senadores

Palocci e Meirelles vão debater economia na CAE

Ministro da Fazenda e presidente do Banco Central devem participar de audiências públicas na Comissão de Assuntos Econômicos, na próxima semana. Eles debaterão com os senadores a política econômica do governo e o andamento do acordo com o Fundo Monetário Internacional. O anúncio foi feito ontem pelo presidente da CAE, Ramez Tebet, depois de se reunir com Palocci para analisar a tramitação do projeto que institui a nova Lei de Falências.

Página 4

Comissão examina ajuda à mídia

A Comissão de Educação promoverá audiência para discutir a intenção do BNDES de abrir linha de financiamento para socorrer as empresas de comunicação. Requerimento de Osmar Dias e Roberto Saturnino foi aprovado ontem.

Página 5

Senadores também decidiram que estudo de espanhol poderá ser obrigatório no ensino médio



José Cruz



Célio Azevedo

ALFABETIZAÇÃO Membros da CAE aprovam estímulo a empresa que oferecer aulas a funcionários no próprio local de trabalho

Acusados não depõem sobre abuso de menores

Página 5

Viegas discute projeto sobre papel das Forças Armadas

Página 8

Presidente da Caixa explicará contrato com a Gtech

Página 7



UNESCO Estado é o 13º no Índice de Desenvolvimento Juvenil, comemora Eduardo

Eduardo: avança qualidade de vida dos jovens no Tocantins

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) comemorou ontem a 13ª colocação do estado do Tocantins no Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJ), medido pela Unesco. O relatório do IDJ, explicou o senador, retrata a realidade do jovem brasileiro e utiliza dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Eduardo disse que o Tocantins, por ser o último estado criado e ter arrecadação pequena, apresenta renda *per capita* dentre as três mais baixas do país. Mas, nos últimos 15 anos, houve avanços consideráveis.

– Se levarmos em conta os repasses de recursos da União, o Tocantins estaria em último lugar no IDJ – afirmou.

Para o senador, é inegável o exemplo que o Tocantins dá no reordenamento territorial e econômico do Brasil.

– O estado já nasceu com responsabilidade fiscal graças à mentalidade daqueles que nos governaram – completou.

Em aparte, o senador Osmar Dias (PDT-PR) declarou ter constatado pessoalmente os avanços obtidos no Tocantins.

Agenda

Medidas provisórias trancam a pauta do Plenário do Senado



Duas medidas provisórias e quatro projetos de lei de conversão (PLV) obstruem a pauta de votações do Plenário. Entre os projetos, está o que institui o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso da Educação Superior (Sinaes), que irá substituir o Provão (PLV 10/04). Na sessão de ontem, alguns senadores pediram que a proposta não fosse votada, para que tivessem mais tempo para discuti-la.

Sarney recebe o cineasta Pedro Rovai

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 10h30, o cineasta Pedro Rovai (foto) e, às 11h30, o presidente da IRB-Brasil Resseguros S/A, Lídio Duarte. Às 15h30, Sarney preside a ordem do dia, no Plenário da Casa, e, às 17h, participa de cerimônia da posse do desembargador Leomar Barros Amorim de Souza no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.



Audiência pública sobre favorecimentos a planos de saúde

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza hoje, a partir das 10h, audiência pública para esclarecer possíveis irregularidades e favorecimentos ao Grupo

Executivo de Assistência Patronal (Geap) na regulamentação dos planos de saúde dos servidores públicos, conforme denúncias veiculadas pela mídia. Serão ouvidos, entre

outros, o presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (Fenaseg), João Elisio Ferraz de Campos, e a diretora do Geap, Regina Parizi.



CCJ analisa reforma do Judiciário

A proposta de reforma do Poder Judiciário (PEC 29/00) será analisada hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que se reúne às 10h. A comissão realizou, desde o começo do ano, uma série de audiências públicas com diversos magistrados para discutir o texto. O colegiado também vota projeto do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que tipifica o crime de trabalho escravo e estabelece penas para quem submeter uma pessoa a tal condição (PLS 208/03).

Subcomissão da Amazônia examina requerimento

A Subcomissão da Amazônia, que funciona no âmbito da Comissão de Relações Exteriores (CRE), realiza reunião hoje, às 9h30. O colegiado vota requerimentos solicitando audiências para discutir questões relativas à região. A partir das 16h30, o presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes, participa de audiência sobre demarcações de terras indígenas em RR e em MS.



Ações da mineradora Urucum

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) discute hoje, em reunião marcada para as 11h30, projeto (PDL 114/96) que anula a compra de ações da Urucum Mineração S/A pela Companhia Vale do Rio Doce. A comissão vota ainda relatórios das atividades do TCU referentes ao 1º trimestre de 1999 e ao 2º de 2000.

Nova votação do PPA

Por falta de quórum na reunião de ontem, foi adiada novamente a votação do novo relatório ao Plano Plurianual 2004-2007, que indica os investimentos do governo no período, pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). O colegiado reúne-se hoje, às 15h30, para tentar novamente votar a matéria.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Senado lamenta falecimento do jornalista Flamarion Mossri

O Plenário do Senado enviará voto de pesar à família do jornalista Flamarion Mossri, pelo seu falecimento, aos 71 anos, de acordo com requerimento dos senadores Heráclito Fortes (PFL-PI) e Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Na justificativa do pedido, Virgílio destacou que Flamarion viveu em função da notícia e Heráclito lembrou que o jornalista sempre procurava ajudar as pessoas perseguidas pelo regime militar, como o atual ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, de quem era cunhado.

Os senadores Alvaro Dias (PSDB-PR), Marco Maciel (PFL-PE) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) destacaram as qualidades profissionais do jornalista.

Para Pedro Simon (PMDB-RS), “Flamarion foi um lutador”. Hélio Costa (PMDB-MG) disse ter sido testemunha do respeito que todos tinham pelo jornalista, e Edison Lobão (PFL-MA) informou que se tornou seu colega de profissão e amigo.

O presidente José Sarney associou-se às homenagens e lembrou que, em 1960, Flamarion estava à frente dos pioneiros que fizeram Brasília.

Pesar pela morte do pintor Carlos Bastos

O Senado Federal aprovou voto de profundo pesar pelo falecimento, aos 78 anos, na sexta-feira, do pintor Carlos Bastos. O requerimento foi apresentado pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). No encaminhamento da votação da matéria, o senador disse que Bastos foi uma figura excepcional nas artes brasileiras e um dos precursores da arte moderna na Bahia, notabilizando-se por pintar figuras e murais.

– São peças notáveis que engrandecem o meu estado, que lhe serviu de berço – afirmou.

Antonio Carlos, que foi seu colega nos bancos escolares, ressaltou ainda a figura humana de Bastos, dizendo que, quando o país perde um artista de mérito, o Senado não pode deixar de se manifestar.

O presidente José Sarney informou que a Mesa se associava às homenagens requeridas pelo senador baiano.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF
CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Governistas discutem prioridades com Rebelo

A bancada de apoio ao governo reuniu-se ontem com o ministro da Coordenação Política e Assuntos Institucionais, Aldo Rebelo, no gabinete da liderança do PT, para tratar de temas como a agenda de votações do Senado. Participaram da reunião dez senadores do PT e dois do PSB. Os senadores do PTB e do PL, que também compõem a base, foram convidados mas não estavam presentes ao encontro, segundo informação da assessoria da líder do PT, Ideli Salvatti (SC).

De acordo com o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), nesta primeira visita do ministro à bancada foi feito um balanço dos trabalhos e discutido o encaminhamento das votações de projetos importantes para o governo. Entre eles, a reforma do Judiciário, cujo relatório do senador José Jorge (PFL-PE) deverá ser examinado hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); a nova Lei de Falências, que está tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) tendo como relator o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) e cujas negociações com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, já foram concluídas, segundo Mercadante; e a Lei de Biossegurança, projeto em exame na CCJ e para o qual o governo pede prioridade.

Além dessas proposições, informou o líder do governo, há medidas provisórias obstruindo as votações do Plenário e que deverão ser examinadas hoje para liberar a pauta e possibilitar o exame das matérias consideradas prioritárias pelo governo.

CPIs

Mercadante também se manifestou sobre a articulação da oposição para instalar comissões parlamentares de inquérito (CPIs) no Senado visando in-

vestigar denúncias de tráfico de influência envolvendo integrantes do governo. Ele ressaltou que a oposição tem tentado criar uma CPI toda semana, mas que isso não significa que essas comissões, “especialmente as motivadas por sentimento eleitoral e circunstancial”, venham a ser instaladas.

Mercadante enfatizou, entretanto, que a base do governo tem todo o interesse no esclarecimento dos episódios. Como exemplo, Mercadante lembrou que na manhã de ontem foi votado na Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), por iniciativa do governo, requerimento para que o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, e o vice-presidente de Logística, Paulo Bretas, venham ao Senado esclarecer o contrato com a multinacional Gtech.

– Nós temos interesse na transparência e na explicação. Toda e qualquer irregularidade será identificada e todos que estiverem envolvidos serão exemplarmente punidos – afirmou.

Mercadante disse ainda acreditar que serão ratificados pelo Plenário os pareceres da CCJ contrários a dois recursos para instalação da CPI dos Bingos. Ele reforçou sua posição segundo a qual não é possível para o presidente do Senado indicar, à revelia das bancadas, membros para participar de qualquer comissão.

Sobre as declarações do presidente do PL, deputado Valdeamar Costa Neto (SP), defendendo demissões no governo como a do ministro Palocci e a do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, Mercadante disse não acreditar que expresse uma posição da bancada do PL e nem do partido. Ele ressaltou que Palocci conta com todo o apoio da base do governo.



PRIMEIRA VISITA Ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo (entre Ana Júlia e Ideli), em reunião com senadores do PT e PSB



CRÍTICA Senadores reclamam do pouco tempo disponível para a discussão das medidas provisórias

Aprovado o plano de carreira da Previdência

■ MP que implementa acordo firmado entre ministério e categoria foi acolhida ontem pelo Senado

O Plenário do Senado aprovou ontem o projeto de lei de conversão que reestrutura a carreira previdenciária e cria a carreira do seguro social (PLV 9/04). Conforme justificativa que acompanha a Medida Provisória 146/03, convertida no projeto de lei, a mudança atende ao que foi fixado em acordo celebrado entre o Ministério da Previdência e representantes dos servidores do setor, fechado em agosto do ano passado. A matéria seguirá para sanção presidencial.

Ao custo de R\$ 18 milhões em 2003 e de R\$ 154 milhões em 2004, além de R\$ 292 milhões

previstos para 2005 e de R\$ 402 milhões para os anos seguintes, a reestruturação assegura a incorporação de vantagens e a progressão de servidores na carreira. Segundo o texto, assinado pelo ministro do Planejamento, Guido Mantega, e pelo então ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, as despesas decorrentes da MP mostram-se compatíveis “com o aumento da receita decorrente do crescimento real da economia previsto”.

A urgência da edição de MP, em vez do encaminhamento por meio de projeto de lei, foi justificada pela necessidade de o acordo “surtir efeitos ainda no presente exercício [2003] financeiro”.

O Plenário também aprovou o PLV 8/04, relativo à MP 143/03, que trata da extinção do Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação. As atri-

buições do conselho serão integralmente transferidas para a Câmara de Comércio Exterior (Camex), órgão integrante do Conselho de Governo e presidido pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Excesso de MPs

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) condenou o excesso de medidas provisórias de que se vem valendo o governo para encaminhar seus projetos ao Congresso. Observando que desde o início da administração Luiz Inácio Lula da Silva já foram editadas 70 MPs, o parlamentar amazonense questionou o caráter de relevância e urgência – exigido pela Constituição – dessas matérias.

– O Senado e a Câmara abdicaram do poder de legislar. Nunca vi uma autocastração como essa. Que coisa triste – lamentou Jefferson Péres.

Adiada votação do projeto que cria o Sinaes

A pedido da maioria dos senadores, o Plenário adiou para hoje a votação do Projeto de Conversão 10/04, proveniente da Medida Provisória (MP) 147/03, que institui o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso da Educação Superior (Sinaes). Os que defenderam o adiamento alegaram que não houve tempo para discussão. O relator, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), defendeu a proposta, garantindo que houve debate e aperfeiçoamento do texto.

– O problema que existe é em relação ao tratamento que se deve dar às MPs, se devem todas começar a tramitar pela Câmara, ou se algumas devem vir primeiro ao Senado. O projeto

de conversão em debate é bom, foi aperfeiçoado e merece aprovação imediata – disse.

O relator defendeu a proposta e informou que a faculdade que não for bem avaliada terá que assinar termo de compromisso de que irá corrigir as deficiências. Se não o fizer, sofrerá penalidades que irão até o fechamento sumário.

Antes do acordo que adiou a votação do projeto, sete senadores informaram que votariam contra: José Jorge (PFL-PE), César Borges (PFL-BA), Alvaro Dias (PSDB-PR), Flávio Arns (PT-PR), Heloísa Helena (sem partido-AL), Ramez Tebet (PMDB-MS), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José

Agripino (PFL-RN).

Anunciaram o voto favorável Osmar Dias (PDT-PR), Hélio Costa (PMDB-MG) e Aloizio Mercadante (PT-SP).

Para José Jorge, que é professor universitário, “a proposta ainda é insatisfatória”. Osmar Dias lamentou que o assunto não tenha sido tratado em projeto de lei, mas anunciou voto favorável. Alvaro Dias considerou a MP “uma afronta à Constituição”, posição compartilhada por Tebet, Antonio Carlos, Heloísa e Arns. O líder do governo, Aloizio Mercadante, disse que a proposta foi discutida exaustivamente com as associações de docentes e de estudantes na Câmara dos Deputados.

Aprovado projeto que alfabetiza empregados

As empresas poderão fornecer, gratuitamente, aulas de alfabetização aos seus empregados, preferencialmente no local de trabalho, a serem ministradas por professor ou alfabetizador. Em troca, terão preferência na obtenção de empréstimos em programas de crédito de instituições financeiras federais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ressalvadas exigências legais como capacidade técnica e situação financeira da empresa.

A decisão foi tomada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ao aprovar parecer favorável do senador Almeida Lima (PDT-SE) a projeto (PLS 174/03) de autoria do senador Paulo Octávio (PFL-DF) que institui o Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa (Pace). A proposta retorna à Comissão de Educação (CE), onde será examinada em decisão terminativa.

O projeto original estendia o programa somente aos empregados da construção civil. Mas o relator acolheu emenda do senador César Borges (PFL-BA) estendendo a alfabetização para os trabalhadores de qualquer empresa, que, ao tomar parte do programa, também terá direito a um selo, de caráter promocional, denominado "empresa construtora da cidadania".

Para o senador Fernando Bezerra (PTB-RN), autor da emenda que instituiu ressalvas legais na obtenção de empréstimos por parte das empresas que participarem do programa, o projeto vai auxiliar no combate ao analfabetismo.

O senador Paulo Octávio informou que somente no Distrito Federal já foram alfabetizados cerca de 10 mil operários da construção civil nos próprios canteiros de obras.



NOS CANTEIROS Paulo Octávio: "Cerca de 10 mil já foram alfabetizados em Brasília"



CONVITE Tebet, na presidência da CAE, anuncia aos membros da comissão a data das audiências públicas

Palocci e Meirelles vão discutir economia na CAE

■ **Ministro tem audiência no próximo dia 23; presidente do BC, no dia 25. Acordo com FMI está na pauta**

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ramez Tebet (PMDB-MS), anunciou que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, devem participar de audiências públicas na comissão na próxima semana para debater a política econômica do governo e o andamento do acordo realizado com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Tebet informou que Palocci deve estar presente à CAE na reunião ordinária da terça-feira (23), às 10h, enquanto Meirelles deve ser ouvido em reunião extraordinária na quinta-feira (25), às 10h. As audiências foram solicitadas por requerimento dos senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Eduardo Suplicy (PT-SP), que já havia sido aprovado pela comissão em reunião anterior.

O convite a Palocci, lembrou Tebet, foi formulado na véspera, quando o presidente da CAE, em companhia dos líderes do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), do PMDB, Renan Calheiros (AL), do PTB, Fernando Bezerra (RN), e do PSB, João Capiberibe (AP), se

reuniram com o ministro para discutir a tramitação do projeto de lei que institui a nova Lei de Falências (PLC 71/03). Como relator da proposta, Ramez Tebet disse que está trabalhando em conjunto com o Executivo para o aperfeiçoamento da legislação de recuperação de empresas.

– Há pontos que podem ser conciliados para que o diploma legal seja o melhor possível. O governo quer pressa na votação, mas desde que não impeça o aperfeiçoamento da proposta. Vamos fazer os ajustes que tiverem que ser feitos com brevidade – declarou Ramez Tebet, solicitando que os senadores apresentem suas emendas o quanto antes.

Comissão debate lavagem de dinheiro

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou na reunião de ontem requerimento de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) convidando o presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Antônio Gustavo Rodrigues, para discutir os problemas relacionados ao processo de lavagem de dinheiro no país. A data ainda será marcada.

Na justificativa do requerimento, Simon notou que o Coaf vem enfrentando uma série de dificuldades na investigação de crimes de lavagem de dinheiro, com destaque para a obtenção de informações consideradas sigilosas, especialmente por parte da Receita Federal e do Banco Central. Isso porque,



DIFICULDADES Simon relata problema enfrentado pela Coaf durante investigações

observou, a própria legislação brasileira impede essa troca de informações entre os dois órgãos.

A CAE aprovou também requerimento da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) solicitando audiência pública destina-

da a discutir a inclusão do Banco do Estado do Pará (Banpará) na lista de possíveis instituições públicas a serem privatizadas.

Entre outros convidados, deverá comparecer à audiência pública, também em data ainda a ser marcada, o ministro do Planejamento, Guido Mantega.

Na mesma reunião foi aprovado outro requerimento, do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que pede a realização de audiência para debater as alternativas de alocação de recursos públicos para o desenvolvimento auto-sustentável.

O convidado para essa audiência é o economista e ex-ministro do Trabalho Edward Amadeo.

Por falta de quórum, votação do PPA é adiada

Foi suspensa, poucos minutos depois de iniciada, a reunião de ontem da Comissão Mista de Orçamento destinada a discutir e votar o Plano Plurianual (PPA), que reúne todos os investimentos que o governo federal fará até o fim de 2007. Não houve presença mínima de senadores para a votação e, assim, o presidente da comissão, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), decidiu convocar nova reunião para hoje, às 15h30.

Esse foi o quinto adiamento da votação, apesar de a oposição concordar com o parecer que o relator do PPA, senador Sibá Machado (PT-AC), apresentou há cerca de 15 dias. Na semana passada, o deputado Rodrigo Maia (PFL-RJ) afirmou que o governo deve mobilizar sua base e manter o quórum durante toda a reunião, caso realmente queira votar o PPA. Ontem, no entanto, o deputado Pauderney Avelino (PFL-AM) informou que seu partido não vai obstruir as reuniões da Comissão de Orçamento.

Após a convocação do colegiado para hoje, a deputada Laura Carneiro (PFL-RJ) ponderou que dificilmente haverá quórum, pois no mesmo horário os plenários do Senado e da Câmara estarão votando projetos importantes, inclusive medidas provisórias.

Pelos regimentos das duas Casas, não pode haver votação em comissões se os plenários estiverem reunidos no mesmo horário também para votações.

A Comissão de Orçamento deverá se reunir novamente amanhã e, além do PPA, constam de sua pauta vários requerimentos e avisos do Tribunal de Contas da União sobre investigações que estão sendo feitas em obras que utilizam verbas federais.



CONCORDÂNCIA Parecer de Sibá abre caminho para redução gradual do superávit



J. Freitas

DECISÃO Patricia convoca nova reunião para tomar depoimentos de indiciados

Acusados não comparecem à CPI sobre abuso de menores

Pela segunda vez, os irmãos Aldo Lodi e Jandir Lodi – acusados de ser aliciadores de menores para prostituição – deixaram de comparecer, para prestar depoimento, ontem, à comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga casos de exploração sexual de crianças e adolescentes. A presidente da CPI, senadora Patricia Saboya (PPS-CE), e a relatora, Maria do Rosário (PT-RS), decidiram marcar para os próximos dias 26 e 27 audiências públicas no Rio Grande do Sul, a fim de que os acusados sejam ouvidos.

Os irmãos Lodi também não haviam atendido a convocação para outra audiência pública, realizada pela comissão naquele estado. Dessa vez, alegaram que não houve tempo hábil entre a convocação da CPI e a data da audiência. A deputada Maria do Rosário destacou que foram observados os prazos definidos pelo regimento da comissão. “É preciso ouvir os dois irmãos”, destacou Patricia Saboya.

Os Lodi são acusados de fazer parte de uma rede de exploração sexual de adolescentes em Soledade (RS) e foram incriminados pelo depoimento de diversas adolescentes ouvidas pela CPI. De acordo com as moças, os serviços delas eram oferecidos a brasileiros e estrangeiros que procuravam a cidade com objetivo de comercializar pedras.

Os trabalhos da CPI deverão ser concluídos até maio. Até lá, a comissão terá uma agenda de viagens intensa. Além das audiências no Rio Grande do Sul, foram marcadas outras no Rio de Janeiro (29/3), Manaus (15/4), Belém (16/4), João Pessoa (19/4), Natal (20/4), Cuiabá (26/4), Fortaleza (3/5) e Porto Velho (7/5).

Socorro financeiro à mídia gera debate em comissão

Audiência pública é aprovada, por unanimidade, pelos senadores da Comissão de Educação

A Comissão de Educação (CE) promoverá audiência pública para debater a intenção do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de abrir linha de financiamento para socorrer as empresas de comunicação. Requerimento nesse sentido, de autoria do presidente da comissão, senador Osmar Dias (PDT-PR), e do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), foi aprovado ontem, por unanimidade, pelo colegiado.

Ao apresentar o pedido de realização da audiência, Osmar Dias salientou que o próprio presidente do BNDES, Carlos Lessa, tem sugerido que o assunto seja objeto de amplo de-

bate no Congresso Nacional.

– Reconhecendo a importância da televisão até para a preservação da soberania nacional, é justo que as empresas de comunicação tenham do governo apoio para que continuem funcionando. Mas é preciso saber em que termos será esse apoio, uma vez que o BNDES não tem linha de crédito para tirar empresas da UTI.

Modelo de apoio

Roberto Saturnino, presidente da Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática, disse que as empresas de mídia podem ser consideradas “altamente estratégicas” – e, portanto, merecedoras de financiamentos do BNDES –, por causa de seu papel na formação da imagem nacional. E concordou com o presidente da CE sobre a necessidade de se definir o melhor modelo para o apoio ao setor.

Ao manifestar apoio à realização da audiência, a senado-

ra Ideli Salvatti (SC), líder do PT, lembrou que o debate sobre o tema já está em andamento na sociedade. João Capiberibe (PSB-AP) observou que a discussão será boa oportunidade para que o Congresso inclua na agenda sobre os meios de comunicação o que chamou de “componentes educativos”.

Segundo Gerson Camata (PMDB-ES), a televisão brasileira pode ser considerada uma das melhores do mundo. Ele afirmou que o debate precisa abordar também a situação das pequenas empresas afiliadas das grandes redes nacionais. A discussão sobre o auxílio do BNDES foi apontada por Hélio Costa (PMDB-MG) “quase como uma obrigação” da comissão, por se tratar de tema “extremamente delicado”.

Já Cristovam Buarque (PT-DF) considerou que o possível financiamento ao setor não poderia ser visto como um favor do governo.



José Cruz

DELIBERAÇÃO Propostas aprovadas pelos integrantes da CE dependem ainda de votação no Plenário

Estudo de língua espanhola poderá ser obrigatório para o ensino médio

O ensino de língua espanhola poderá ser obrigatório no país, dentro de pelo menos cinco anos, conforme estabelece projeto de lei que recebeu, ontem, parecer favorável da Comissão de Educação (CE) e vai agora ao exame do Plenário. Segundo a proposta, a disciplina, de caráter obrigatório para as escolas de ensino médio e de matrícula facultativa para o aluno, será gradativamente implantada a partir da possível sanção da nova lei.

Ao apresentar seu voto favorável, o relator da matéria, senador Demostenes Torres (PFL-

GO), observou que sempre tem assumido posições contrárias a qualquer projeto que determine a inclusão de novas disciplinas nos currículos escolares. Mas ressaltou que não poderia ser contra o projeto em discussão, uma vez que a língua espanhola é atualmente a mais difundida no mundo, depois do inglês, com exceção dos idiomas de países muito populosos, como a China e a Índia.

Durante o debate, Hélio Costa (PMDB-MG) defendeu a tese de que a próxima geração de estudantes brasileiros venha a ser fluente na língua dos países

vizinhos.

Foi retirado do projeto de iniciativa da Câmara (PLC 112/03), por sugestão de José Jorge (PFL-PE), dispositivo segundo o qual a oferta da língua espanhola pelas redes públicas de ensino deveria ser feita no horário regular de aula. Como a disciplina seria facultativa, disse, os alunos que não optassem pelas aulas não teriam o que fazer no mesmo horário. Cristovam Buarque (PT-DF) previu que, em dez ou 20 anos, o ensino a distância permitirá que os estudantes aprendam espanhol até mesmo em casa.

Arquivo do Senado deve ter o nome de Cora Coralina

O Arquivo do Senado Federal poderá ser denominado Arquivo Cora Coralina, em homenagem à poetisa goiana falecida em 1985. É o que determina o Projeto de Resolução 1/04, de autoria da senadora Serys Silhessarenko (PT-MT), que obteve, ontem, parecer favorável da Comissão de Educação (CE) e será encaminhado ao Plenário.



Célio Azeredo

Projeto é de iniciativa de Serys Silhessarenko

Relator da proposta, Maguito Vilela (PMDB-GO) disse que a medida é um reconhecimento justo e que o povo goiano “se sentirá honrado e homenageado”.

Nascida em 1889 na cidade de Goiás, Cora Coralina publicou seu primeiro livro, *Poemas dos Becos de Goiás e Estórias Mais*, aos 70 anos. Segundo o senador, ela foi “um modelo de mulher, exemplo de ternura e tolerância perante uma sociedade machista e excludente”.

Demostenes Torres (PFL-GO) também apoiou a proposta.

Projeto reforça luta contra anemia em bolsão de pobreza

A Comissão de Educação aprovou parecer favorável a projeto (PLS 432/03) de autoria do senador Fernando Bezerra (PTB-RN) que torna obrigatória a adição de ferro e vitamina A ao leite utilizado nos programas institucionais dos governos federal, estaduais e municipais. A proposta será encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão terminativa. A matéria foi relatada por Reginaldo Duarte (PSDB-CE).

A adição dos nutrientes destina-se a combater a anemia ferropriva, que atinge 50% das crianças de 5 a 15 anos do país. A deficiência de vitamina A, de acordo com o Ministério da Saúde, é problema endêmico no Norte e no Nordeste.

Atendendo a pedido de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Leonel Pavan (PSDB-SC), a comissão solicitará ao governo informações sobre a utilização de recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Com isso, ficou adiada a votação do PLS 259/02, segundo o qual 20% dos recursos seriam destinados ao atendimento à educação infantil.



Célio Azeredo

Bezerra quer melhoria na alimentação



SEM CUSTO Capiberibe afirma que governo pode implantar sistema em 48 horas

Capiberibe propõe que cidadão tenha acesso às contas públicas

O senador João Capiberibe (PSB-AP) defendeu a necessidade de entender ao cidadão comum o acesso a todos os gastos públicos, por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), como já o fazem os senadores e deputados por meio de senha especial.

Ele é autor de um projeto nesse sentido (PLS 130/03), em tramitação no Senado, para pôr à disposição do

público dados orçamentários dos governos federal, estaduais e municipais em terminais a serem usados por qualquer cidadão.

Para Capiberibe, o melhor de sua proposta é que não implica custos adicionais, porque todos os órgãos públicos já dispõem de páginas na Internet, portanto, seria necessário apenas acrescentar seus orçamentos e suas despesas.

– O presidente Lula, por exemplo, pode implantar o sistema em todos os entes federais em apenas 48 horas, sem gastar um centavo. É necessário apenas vontade política para dar transparência aos gastos públicos, prestigiando os cidadãos.

O senador considerou esse tipo de acesso uma ferramenta adequada para combater a corrupção. Ele lembrou que o debate político na-

cional, há mais de um mês, gira em torno desse tema, em consequência do envolvimento de um alto funcionário da Presidência da República, hoje afastado das funções e respondendo aos devidos inquéritos.

Capiberibe reconheceu que acabar com a corrupção é impossível, mas combatê-la depende dos instrumentos para assegurar a correta aplicação do dinheiro público.

Pavan: dinheiro do avião de Lula deveria ir para estradas

Enquanto o governo consome 75% dos investimentos da União na compra de um avião para o presidente Lula, não há recursos para investir em rodovias e nos municípios que sofrem com as enchentes, denunciou Leonel Pavan (PSDB-SC) ao comentar a reportagem “Avião de Lula consome 75% dos investimentos da União”, de Marta Salomon, da *Folha de S. Paulo*.

De acordo com a matéria, o pagamento de uma das prestações do novo avião presidencial – um Airbus personalizado – consumiu três de cada quatro reais investidos pelo governo neste ano. A parcela de R\$ 46,9 milhões representa quase 50 vezes a soma do valor investido em segurança pública, transportes e organização agrária em 2004, “sendo que o avião só será entregue no fim do ano”, comentou o senador.

O preço total do Airbus Corporate, que está sendo investigado pelo Ministério Público, é de US\$ 56,7 milhões ou R\$ 166,7 milhões, de acordo com o câmbio da parcela paga em fevereiro, informa o jornal.

Pavan lembrou que, na campanha presidencial, o PT acusava o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso de gerar emprego no exterior ao privilegiar produtos de outros países. No poder, agora o PT faz o mesmo.



POUCOS RECURSOS Pavan estranha que avião consuma 75% dos investimentos federais

Jefferson contesta crítica do presidente do PL a Palocci

“É dos próprios aliados que surgem propostas capazes de criar ainda mais dificuldades para o governo”

O líder do PDT no Senado, Jefferson Péres (AM), criticou ontem o presidente do PL, deputado federal Valdemar Costa Neto (PL-SP), pelas pressões que vem fazendo pela demissão do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Considerada pelo senador o único ponto positivo do governo Lula, a política macroeconômica seria, a seu ver, muito prejudicada com a saída dos dois, o que colocaria em risco a estabilidade do país.

Jefferson observou que, embora muitas vezes a oposição



TUMULTO Jefferson diz que deputado desrespeitou Lula no Palácio do Planalto

tenha sido censurada por exigir a apuração de denúncias, “é dos próprios aliados que surgem propostas capazes de criar ainda mais dificuldades para o governo”. O próprio PT tem pedido mudanças na política

econômica, acrescentou.

– Pedir a demissão do Palocci em cerimônia no Palácio do Planalto foi um ato desrespeitoso em relação ao presidente Lula, jogando lenha na fogueira num país já tumultuado – disse o senador.

Para Jefferson, depois do episódio, Lula deveria ter dispensado a participação do PL no governo. Ele admitiu que não gosta de juros altos, mas lembrou que o juro zero não traz necessariamente o crescimento econômico. A prova dessa tese seria o Japão, que ficou estagnado por dez anos, a despeito da taxa de juros em 0%.

– Se o presidente Lula por leviandade demitir o ministro e o presidente do Banco Central vai levar o Brasil a uma rota de turbulência sobre a qual o governo não terá mais controle – advertiu o senador.

Demostenes quer saber quem vazou informações sobre cervejarias

Com a finalidade de esclarecer a verdade sobre o vazamento de informações na aliança empresarial entre as companhias de bebida AmBev (Brasil) e Interbrew (Bélgica), o senador Demostenes Torres (PFL-GO) apresentou ontem requerimento para a convocação dos principais personagens envolvidos na operação, como o presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Luiz Cantidiano, os presidentes das duas companhias, além do presidente da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), Sérgio Rosa, entidade que teve grande prejuízo com o negócio.

– Se não for possível ouvir essas pessoas em depoimentos no Senado, vou coletar assina-



INVESTIGAÇÃO Demostenes apresenta requerimento e pode pedir CPI para vazamento

turas para requerer a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar o assunto – disse.

Demostenes explicou que a revista *IstoÉ Dinheiro* publicou matéria sobre a aliança empresarial entre a AmBev e a Interbrew afirmando que ela resul-

tou em gigantescos lucros e prejuízos, em função de denúncias de vazamento de informações sobre o negócio.

Ele citou a reportagem ressaltando que o tráfico de influência na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) representou um prêmio de 78% na venda de ações ordinárias da Ambev, papéis com direito a voto, mas trouxe prejuízo superior a R\$ 1 bilhão para os detentores de ações preferenciais, sem direito a voto.

Demostenes afirmou, citando a revista, que a gravidade da situação já despertou uma investigação na CVM, levando a Previ, com prejuízo da ordem de quase R\$ 900 milhões, a mobilizar seus advogados para apurar o caso.



“LOUCURA” Conforme Suassuna, empresa foi vendida por 15% do que custou há seis anos

Venda de parte da Embratel é suspeita, diz Ney Suassuna

Ney Suassuna (PMDB-PB) classificou como “uma loucura” a venda do controle acionário da Embratel, pela empresa norte-americana de telecomunicações MCI, à mexicana Telmex (Teléfonos do México) por US\$ 360 milhões. O preço é o equivalente a cerca de 15% do que foi pago pela MCI há seis anos.

Suassuna ressaltou que, embora empresas brasileiras oferecessem um preço melhor – US\$ 550 milhões –, a venda foi fechada com o grupo mexicano por um valor 52,7% menor.

– O que há por trás disso? A Telmex domina a telefonia mexicana e, aos poucos, passa a dominar toda a América Latina – disse Suassuna, acrescentando que os acionistas minoritários da Embratel e a Telos, o fundo de pensão, também estão sendo lesados.

O senador calcula que a Telmex está ganhando US\$ 1,5 bilhão com a compra de parte da Embratel a preço muito inferior ao do mercado. Ele manifestou preocupação com a possibilidade de fraude – já que a MCI está em concordata nos Estados Unidos – e quer que o Senado Federal investigue a negociação.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) concordou com a análise de Suassuna e também pediu investigação.

Jefferson pede US\$ 20 mi para produção de estanho

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) reivindicou ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) um aporte de US\$ 20 milhões para o Projeto Rocha Sã, na Vila de Pitinga, no município amazonense de Presidente Figueiredo. O projeto, de acordo com o senador, emprega 1.200 trabalhadores e produz 7.143 toneladas/ano de estanho, para uma produção total, no país, de 11 mil toneladas.

O consumo brasileiro do produto é de 6 mil toneladas. Jefferson alerta que, sem o Projeto Rocha Sã, o Brasil passaria de exportador a importador de estanho. No entanto, para ter continuidade, a mineração naquele local precisa de maiores investimentos.

– Até recentemente, a casiterita era extraída do leito dos igarapés pelo processo aluvional. Mas essa modalidade de exploração se esgotou, e agora é preciso aplicar tecnologias mais complexas, sofisticadas e dispendiosas para explorar a Rocha Sã – explicou o senador, informando também que a empresa responsável pelo projeto é a Taboca Mineração e Metalurgia, subsidiária do Grupo Paranapanema, por sua vez controlado pela Previ (fundo de pensão do Banco do Brasil).

Ainda de acordo com o parlamentar, pesquisas geológicas demonstram que a montanha de Rocha Sã é provavelmente a maior mina polimíneral do mundo, pois contém 28 tipos diferentes de minérios, num volume total de 195 milhões de toneladas. Ele destaca a presença de tântalo e urânio, considerados estratégicos.



DESPREPARO Mozarildo: “30% das verbas públicas repassadas são desviadas”

Presidente da Caixa vai discutir Gtech na CFC

Além de Jorge Mattoso, senadores aprovaram convite a dois vice-presidentes da CEF para audiência

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) aprovou ontem requerimento do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) convidando o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mat-

toso, para prestar informações sobre o contrato firmado pela instituição com a empresa Gtech, multinacional norte-americana. A Gtech está sob investigação da Polícia Federal nas denúncias de tráfico de influência envolvendo o ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz.

Também serão convidados a comparecer, de acordo com o requerimento de Ney Suassuna, o vice-presidente de Logis-

tica da Caixa Econômica, Paulo Bretas, e o vice-presidente de Controladoria, João Aldemir Dorneles. A audiência está prevista para a próxima terça-feira, às 10h.

A CFC também aprovou parecer do senador Romero Jucá (PMDB-RR) determinando o arquivamento do relatório do Tribunal de Contas da União referente à auditoria realizada na área habitacional da Caixa Econômica Federal.



INVESTIGAÇÃO Colegiado da Comissão de Fiscalização e Controle quer saber detalhes do contrato

CI aprova convocação de ex-ministro

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem requerimentos solicitando a convocação do ex-ministro dos Transportes Anderson Aduato para, em audiência pública, esclarecer as denúncias do ex-diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) José Antônio Silva Coutinho.

As denúncias são relativas a desvio de recursos destinados a obras rodoviárias e irregularidades em licitações.

Os requerimentos são de autoria dos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e José Jorge (PFL-PE).

A CI também aprovou outro requerimento do senador José Jorge, para a realização de audiência pública com o presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, o ex-presidente da estatal Francisco Gros e o ex-gerente-geral de Pesquisa e Engenharia Básica Ricardo Beltrão, para esclarecer a compra das plataformas P-51 e P-52 e a posterior campanha publicitária realizada pela empresa, bem como os dados técnicos relativos ao programa de licitações de plataformas para os próximos cinco anos.

Outro requerimento aprovado, este apresentado pelo

senador Marcelo Crivella (PL-RJ), solicita que sejam convidados o presidente do Instituto Aerus de Seguridade Social, comandante Odilon Junqueira; o presidente da Associação dos Pilotos da Varig, comandante Márcio Marsillac; o ex-presidente da Associação Brasileira dos Fundos de Previdência Privada Misael Vaz; e o especialista em fundos de pensão Leonel de Castro, para que esclareçam as expectativas e propostas já apresentadas pelos negociadores da fusão Varig/TAM sobre os atuais empregados de ambas as empresas.



DECISÃO Arthur Virgílio quer projeto de resolução de Simon votado o mais cedo possível

Arthur Virgílio diz que CPI é requisito para colaboração

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), disse que os líderes dos partidos de oposição decidiram “não colaborar com qualquer votação” enquanto não for marcada data para ser votado o projeto de resolução do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que obriga o presidente do Senado a indicar os membros de comissão parlamentar de inquérito (CPI) cujo requerimento para sua criação tenha o número mínimo necessário de assinaturas de senadores.

De acordo com Virgílio, a oposição não quer “criar embaraços à governabilidade”, mas a marcação da data para a votação do “projeto que restabelece o direito das minorias de criar uma CPI” é pré-requisito para que os parlamentares opositoristas participem de votações. Além dele, tomaram parte na decisão os líderes do PFL, José Agripino (RN), e do PDT, Jefferson Péres (AM).

O representante do Amazonas disse ainda ser possível que Waldomiro Diniz – ex-chefe para Assuntos Parlamentares da Casa Civil da Presidência da República, exonerado após ser flagrado pedindo propina – não conheça mesmo o ex-secretário da prefeitura de Ribeirão Preto (SP) Rogério Buratti, demitido em 1994 pelo então prefeito, e hoje ministro da Fazenda, Antonio Palocci, por suspeita de corrupção. As acusações não foram comprovadas.

Buratti foi citado no depoimento de dirigentes da empresa Gtech como o consultor que pedia R\$ 20 milhões para supervisionar o contrato entre a Gtech e a Caixa Econômica Federal, contrato esse que estaria sendo intermediado pelo ex-chefe da Casa Civil. Segundo Virgílio, ele também afirmou não conhecer Waldomiro.

Mozarildo sugere curso para evitar desperdício

Ao considerar que o desperdício para o exercício da administração pública também constitui “um ralo por onde se esvaem nossos poucos recursos”, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) sugeriu, em discurso no Plenário, a criação de cursos para agentes públicos municipais, da mesma forma como já existem para os

que trabalham com a administração e as finanças estaduais. O objetivo é reduzir os índices de desperdício do dinheiro público verificados nas auditorias promovidas pela Corregedoria Geral da União (CGU) nas prefeituras do interior do país.

Mozarildo referiu-se a reportagem do jornal *O Globo* que

concluiu, com base no relatório da fiscalização da CGU em 131 prefeituras, que 30% das verbas públicas repassadas a esses municípios teriam sido desviadas.

Segundo explicou Mozarildo, é difícil encontrar pessoal capacitado para trabalhar na complexa administração pública dos municípios.

Viegas discute projeto sobre papel das Forças Armadas

■ Em reunião com Antonio Carlos e Mercadante, ministro analisa proposta de César Borges

O ministro da Defesa, José Viegas Filho, reuniu-se ontem com o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), e com o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), para discutir o projeto de lei (PLS 221/03) de autoria do senador César Borges (PFL-BA) que amplia a área de atuação das Forças Armadas. Antonio Carlos é o relator da matéria na

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com parecer favorável.

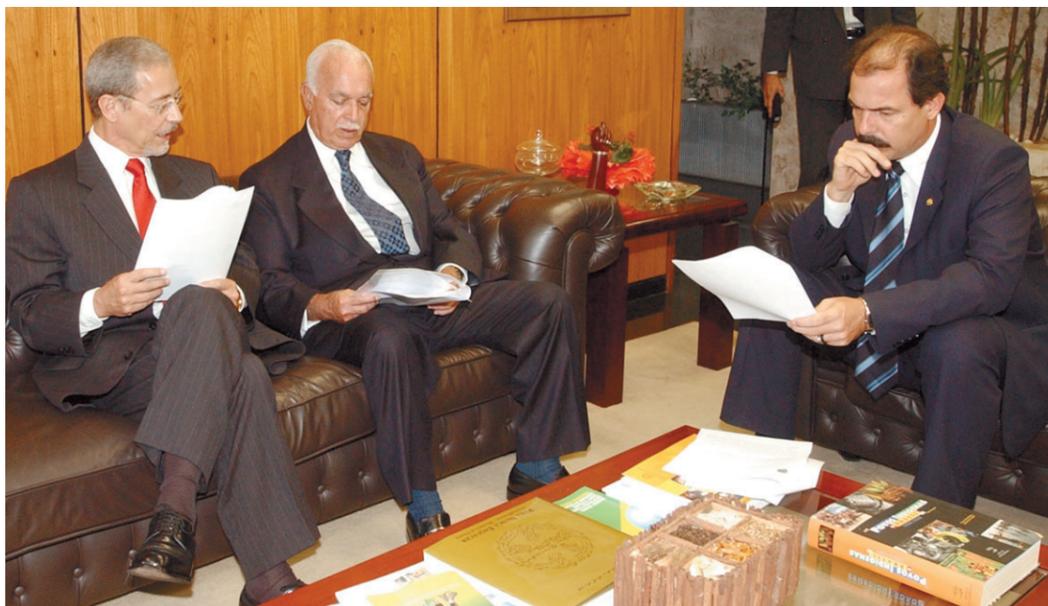
A proposta permite que a Marinha, o Exército e a Aeronáutica atuem na repressão ao crime organizado, especialmente no combate ao tráfico de entorpecentes e de armas.

Justificando a proposta, César Borges disse que as novas atribuições não ferem o texto constitucional, que limita a atuação das Forças Armadas. Ele diz que a iniciativa reconhece o treinamento específico dos integrantes de cada corporação e abre a possibilidade de que essas habilidades sejam utilizadas na repressão mais efetiva

ao crime organizado.

“Não defendo uma participação que as afaste de sua destinação constitucional, mas sim a utilização de suas características e aptidões próprias. Isso seria extremamente útil, principalmente em nosso país, tão carente de recursos”, afirma.

Pela proposta, caberia à Marinha cooperar na identificação de embarcações suspeitas. A busca de aeronaves civis que possam pertencer ao crime organizado seria uma das atribuições da Aeronáutica. Já ao Exército caberia, nas áreas de fronteiras, cooperar com seu conhecimento técnico nas ações de patrulhamento e repressão.



DISCUSSÃO Viegas, Antonio Carlos e Mercadante: em análise ação contra o crime organizado

Sarney é convidado para a posse de novo arcebispo de Aparecida

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem dom Raymundo Damasceno Assis (na foto, à esquerda), que convidou o senador para assistir à sua posse como novo arcebispo de Aparecida (SP), marcada para o dia 25 de março no Santuário Nacional de Nossa Senhora, naquela cidade.

— É uma arquidiocese pequena geograficamente, mas sua irradiação para todo o país faz dela a capital religiosa, a capital mariana do Brasil — esclareceu o arcebispo.

Mineiro de 67 anos, dom



Raymundo assumirá no lugar do cardeal dom Aloísio Lorscheider, que renunciou ao pos-

to em janeiro após completar 75 anos, como ordena o Código do Direito Canônico.



RISCO Nas galerias do Senado, o drama exposto pelo desempregado

Desempregado ameaça jogar-se das galerias

Desempregado há dois anos e meio, quatro filhos, baiano de Salvador e morador da Cidade Ocidental, município goiano no entorno do Distrito Federal. Esse é o perfil de Edivaldo de Lima Araújo, que ameaçou se jogar, ontem, da galeria destinada ao público no Plenário do Senado. “Estou aqui por desespero”, disse ele, em pé na mureta da galeria.

Após ser dominado pela segurança do Senado, Edivaldo foi conduzido ao salão de chá pelos senadores Romeu Tuma

(PFL-SP), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Mão Santa (PMDB-PI), Jefferson Péres (PDT-AM) e Aloizio Mercadante (PT-SP), e pelas senadoras Heloísa Helena (sem partido-AL), Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Fátima Cleide (PT-RO). Do salão, foi levado a Sarney, que lhe prometeu apoio na busca por um emprego.

Após a conversa com Sarney, Edivaldo foi levado ao Serviço Médico dos senadores, onde constatou-se que estava consciente e com pressão arterial normal.



Alberto Silva entrega diplomas do Grupo Parlamentar Brasil-China

O senador Alberto Silva (PMDB-PI), presidente do Grupo Parlamentar Brasil-China, entregou ontem, juntamente com Charles Tang, presidente da Câmara de Comércio Brasil-China, diplomas de membros

honorários do grupo parlamentar aos senadores Aloizio Mercadante (PT-SP) e Eduardo Suplicy (PT-SP) — foto. No total, 20 senadores aderiram ao grupo, constituído no dia 4 de março deste ano.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma e Mão Santa